

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE FEVEREIRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 160**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja

adiado por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei nº 344/99, que institui o programa estadual de incentivo ao esporte amador.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 164**

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER, que a sessão do próximo dia 20, seja transformada em especial, para a instalação do Ciclo de Estudos e Debates sobre “O Paraná no Terceiro Milênio”, conforme programa anexo.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoioamento:

Moysés Leônidas, Cleiton Kielse.

**REQUERIMENTO Nº 156**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Carlos Gabardo e Sheila Gabardo, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também, nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 157**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Basílio Pagani e Aparecida Galente Pagani, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também, nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Municípios dos Campos Gerais (Av. Visconde de Taunay, 950 - 4º andar - Ponta Grossa - PR - CEP: 80051-900), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de fevereiro, em Assembléia Geral, a Associação dos Municípios dos Campos Gerais, elegeu sua nova Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente	Claudino Braga - Prefeito Municipal de Castro
1º vice-Presidente	Geraldo Magela do Nascimento - Prefeito Municipal de Ortigueira
2º vice-Presidente	Ocimar Roberto B. de Camargo - Prefeito Municipal de Ventania
1º Tesoureiro	Mussoline Mansani - Prefeito Municipal de Palmeira
2º Tesoureiro	Rodnei Kalil A. Jayme - Prefeito Municipal de Piraí do Sul Ademar Ferreira de Barros - Prefeito Municipal de Jaguariaíva

#### Conselho Fiscal

Presidente	Alci Pedroso de Oliveira - Prefeito de Carambeí
Membro	Homero Talevi Campos - Prefeito de Tibagi
Membro	Jorge Sloboda - Prefeito de Ivaí

#### Conselho Deliberativo

Presidente	Carlos Hugo W. Von Graffen - Prefeito de Telêmaco Borba
Membro	Roberto Gomes de Lima - Prefeito de Ipiranga
Membro	Carlos Mário Justus Martins - Prefeito de Reserva

#### Conselho para Assuntos de Educação, Cultura e Esportes

Sidnei da Silva Mendes - Prefeito de Imbaú

#### Conselho para Assuntos de Tributos e Finanças

Anselmo Jorge de Lima - Prefeito de Sengés

#### Conselho para Assuntos da Agricultura

Geraldo Magela do Nascimento - Prefeito de Ortigueira

#### Conselho para Assuntos de Saúde e Ação Social

Ademir Schulhi - Prefeito de Porto Amazonas

#### Conselho para Assuntos de Desenvolvimento Regional

Homero Talevi Campos - Prefeito de Tibagi

Claudioni Braga - Prefeito de Castro

#### Conselho para Assuntos de Turismo e Meio Ambiente

Mussoline Mansani - Prefeito de Palmeira

Carlos Hugo W. Von Graffen - Prefeito de Telêmaco Borba

#### Conselho para Assuntos de Segurança Pública

Ademar Ferreira de Barros - Prefeito de Jaguariaíva

À toda a nova Diretoria eleita, com desejo de muito sucesso na gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Microrregião XII (R. Harrison José Borges, 917 - sala 1 - Campo Mourão - PR - CEP: 87300-390), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 28 de janeiro do corrente a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Microrregião XII, elegeu e empossou sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

Presidente	Cláudio Gotardo - Prefeito de Boa Esperança
1º vice-Presidente	Valdinei José Peloi - Prefeito Rancho Alegre D'Oeste

2º vice-Presidente	Ricardo Radomski - Prefeito de Marimbô
1º Secretário	Joaquim Antonio de Lima - Prefeito de Campina da Lagoa
2º Secretário	José Paschoal do Prado - Prefeito de Quarto Centenário
1º Tesoureiro	Wilson Antonio Tureck - Prefeito de Luiziana
2º Tesoureiro	Narcizio Joventino Cacilha - Prefeito de Quinta do Sol

#### Conselho Fiscal

1º	Carlos Sila de Andrade - Prefeito de Moreira Sales
2º	José Dalpont - Prefeito de Engenheiro Beltrão
3º	João de Bitencourt - Prefeito de Peabiru

#### Suplentes

1º	Antonio de Jesus Rorato - Prefeito de Araruna
2º	Julio Batista Guimarães - Prefeito de Janiópolis
3º	Elza Marques Gonçalves - Prefeita de Barbosa Ferraz

À toda a nova Diretoria, com votos sucesso na nova gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando o retorno da oferta de 30% da vagas dos CELEM, Centros de Línguas Estrangeiras Modernas, à comunidade, conforme estabelecia a Instrução nº 01/88, de 13 de janeiro de 1988.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, solicita o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de viabilizar o reconhecimento do curso de 2º Grau do Colégio Estadual Tancredo Neves, no Município de Foz do Iguaçu. Pelos motivos citados no Ofício nº 008/2000 (anexo), da direção do referido colégio.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) CHICO NOROESTE

## Projetos de lei:

### PROJETO DE LEI Nº 042/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Universidade da Água - UNIÁGUA, situada na Rua da Barragem, nº 7, Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra. Município de Piraquara, com sede e foro no mesmo município.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A UNIÁGUA - Universidade da Água, localizada no Município de Piraquara - Região Metropolitana de Curitiba, vem desenvolvendo um importante trabalho no sentido de auxiliar na garantia do abastecimento de água de boa qualidade à nossa população.

Objetivando fazer parte do contexto onde estão inseridas instituições interessadas em sanar este problema que se agrava - a possibilidade de falta de água, a UNIÁGUA vem com a oferta de possibilitar a formação de técnicos especializados nos problemas, com capacidade para a tentativa de solucioná-los.

Dividida em segmentos que vão desde a capacitação técnica, passando pelo intercâmbio de tecnologias e chegando à integração comunitária, a UNIÁGUA preenche uma lacuna, já que nasceu na comunidade e é o elo de comunicação entre as entidades governamentais e a própria comunidade.

Pela documentação acostada ao presente, podemos observar a importância desta proposição, para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na próxima semana deveremos retomar as reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Legislativa já analisando alguns projetos dos nossos colegas Deputados, mas aproveitando já, digamos, para aquecer as turbinas, falar sobre educação do Paraná. A estratégia do Governo parece que deu certo, que era diminuir a pressão por vaga nas escolas públicas mediante a expansão de ensino privado e, sobretudo, do ensino supletivo. O ensino público supletivo. A própria Gazeta do Povo numa atitude investigativa já no ano passado, colocou uma repórter e identificou que sem

instrução alguma conseguiu certificado do ensino fundamental e do ensino médio. Estamos vendo nos municípios do interior do Paraná verdadeira distribuição de diplomas. Os alunos estão frequentando os núcleos de ensino supletivo, não tendo uma avaliação rigorosa e estão recebendo certificados. Com isso o que tivemos de surpresa este ano é que a esta prática diminuiu a pressão sobre o ensino regular, com isso está sobrando vagas no ensino regular, professores sendo mandados a ocupar outras funções. Parece que a estratégia do Governo deu certo: do ponto de vista econômico, do ponto de vista pressão da APP - Sindicato, da pressão dos funcionários, dos professores e deu certo.

Agora, para a educação pública do Paraná está sendo uma calamidade. Se fizerem o provão ENEM com os alunos diplomados no ensino supletivo do Paraná teremos a maior decepção nacional. Acontece que os provões do ENEM só fazem os alunos por livre e espontânea vontade. Portanto, quem está mal não fará o teste.

Evidentemente, através dos Núcleos Regionais de Educação, através dos diretores de escola que fizeram campanha para o Governo Jaime Lerner, a maioria deles - pelo menos, farão com que os alunos melhores da sua escola façam o provão do ENEM. Com isso o Governo pode dizer que pelo provão do ENEM estão bem: "pelo provão do ENEM estamos bem, pelo MEC estamos bem, pelo teste do Governo Federal estamos bem". Mas faço um desafio ao Governo do Paraná, à Secretária Alcione Saliba faça o mesmo teste do ENEM com os alunos certificados pela Secretaria Estadual de Educação aqueles alunos do ensino supletivo. Mas, o descaso com a educação no Paraná continua. Tenho em mãos documentos, um pequeno dossiê mandado por professores em que fala do caso do Centro de Língua Estrangeira Moderna do Estado do Paraná - o CELEM.

O CELEM nasceu em 86 com a intenção de fazer com que as línguas modernas tivessem um suporte especial, qualificado, um centro como referência. Vários alunos de Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guaíra, interior do Paraná, na Capital, tem estudado no CELEM, professores têm feito especialização, nas mais variadas línguas: francês, espanhol, inglês, árabe, italiano, polonês, etc, tendo em vista a nossa colônia polonesa, inclusive lembrando da sessão de ontem, quando tivemos aqui a visita dos ilustres poloneses.

Mas, a Secretária Alcione Saliba, numa resolução, resolve que a partir do ano letivo do ano 2000, somente professores e alunos da rede pública estadual de ensino poderão matricular-se no CELEM.

O CELEM é para o ensino público, o ensino público não pode ser restritivo, qualquer pessoa pode entrar na 5ª série, a LDB diz isso, se um moço de 60 anos quiser frequentar pode entrar na 5ª série. O dinheiro público investido na educação tem que ser para toda a população usufruir, quanto mais gente estudando, mais gente frequentando escola, estudando língua, estudando matemática, português, melhor é para a sociedade, mas a

Secretária de Educação, contrariando a tradição que é dos alunos, por exemplo, que terminam o 2º grau, não foi muito bem nas línguas, porque a carga horária do currículo é pequena, resolve frequentar o ensino de línguas público, agora é barrado.

Se um filho de um operário, com a dificuldade de línguas, quer passar no vestibular em língua inglesa, e quer estudar, terá agora que pagar uma escola particular para aprender inglês, porque o CELEM não matriculará mais os alunos que não forem da rede regular.

Os alunos do supletivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que são certificados, se por ventura quiserem se aperfeiçoar também não poderão porque já são certificados e não poderão voltar ao CELEM.

Então, é uma pena, que uma medida draconiana contrariando uma tradição que vem desde 86 passando por vários governos, inclusive, pelo próprio Governo Jaime Lerner, boa parte dele em que estimulava a sociedade a frequentar o curso de línguas modernas, oferecida publicamente e gratuitamente. Isso é uma coisa maravilhosa para um governo que pensa desta forma. Seria, mas não é assim que pensa a nossa Secretária Alcione Saliba, aliás, diga-se de passagem, a Secretária pouca importância tem dado para esta Assembléia Legislativa, das vezes que foi convidada aqui não veio, das vezes que prometeu vir aqui não veio. A Secretária realmente está realmente merecendo a pecha de que não conhece o Paraná e não quer conhecê-lo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Nereu Moura, pelo discurso que fez ontem, não está presente hoje, mas entendo que o nosso Líder, no dia de ontem, nas conversações que tivemos adotou realmente uma linha de ação que visa ajustar as coisas, não só dentro da nossa Bancada, da Bancada de Oposição, do comportamento que teremos que ter na condução e discussão desses assuntos que hoje somam como assuntos importantes no Estado do Paraná. Entendo que nós do PMDB, nós da Bancada da Oposição de maneira alguma poderemos retroceder nessa luta e nessa tentativa que temos desenvolvido em favor de colocar as claras todas as questões que estão hoje sendo fartamente levantadas pela imprensa, seja no Município de Londrina, no caso da COPEL, seja no caso das concessionárias de pedágio do Estado do Paraná.

Quero também, Senhor Presidente, dizer a todos, neste momento, que ontem em conversação com alguns Deputados, houve de alguns o seguinte: olha, tem Deputado reclamando do que você falou lá no Seminário de Pedágio, na sexta-feira, dia 18. Alguns Deputados dis-

seram que se sentiram constrangidos com o seu pronunciamento. Olha, Senhor Presidente, tomei o cuidado de ainda ontem pedir ao CETCEPAR que me enviasse a cópia do que eu disse naquele seminário em nome da Assembléia Legislativa, convidado que fui para integrar a Mesa. Antes de ouvir a fita, conversei com o Deputado José Maria, com o Deputado Nereu, com o Deputado Edgar Bueno, que lá estava, e não tive deles nenhuma impressão que teria naquele seminário provocado qualquer tipo de constrangimento a este ou aquele Deputado, ou criticado esse ou aquele Deputado. Pedi que me enviassem a fita. Ouvi atentamente a fita, vou deixar com Vossa Excelência para que, se quiser, possa reproduzir e dar uma cópia a cada Deputado, ou mandar que o serviço de som reproduza, porque na maioria das vezes em que me referi a Deputados, na maioria das vezes em que me referi a Assembléia Legislativa, foi no sentido de enaltecer o trabalho dos Deputados de Oposição e de Deputados do Governo que muitas vezes têm procurado, mesmo que silenciosamente, nos ajudar no esclarecimento desses fatos.

Condenamos naquele seminário um comentário que teria sido feito no Fórum de Usuários de Londrina, onde se acusava a Assembléia de estar omissa e lá fizemos a defesa da Assembléia como em outros tantos momentos. Fizemos, sim, uma brincadeira com o Deputado Chico Noroeste, mas fizemos isso entre nós ali, não de público, não criamos a eles nenhum tipo de constrangimento de público, fizemos uma brincadeira entre nós, os convidando para assinarem a CPI do Pedágio. De público quem pediu isso foi o Senador Osmar Dias, de público quem pediu isso com veemência foi o Valmor Weiss - Presidente do FETRANSPAR. Em nenhum momento, tenho a certeza, que nós causamos qualquer constrangimento as pessoas, até porque isso não é do nosso feitio.

#### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Deputado Orlando Pessuti, peço um aparte.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Não posso, neste momento, Deputado Divanir, porque estou no Pequeno Expediente, mas se Vossa Excelência me permitir, Senhor Presidente, estamos com 4 minutos e 27 segundos, eu usaria na sequência também o Horário da Liderança do PMDB, e logo em seguida lhe concederei um aparte. Até porque não é esse o nosso feitio de ficar jogando esse ou aquele Parlamentar, essa ou aquela facção, um contra o outro para com isso tentar justificar uma situação. Tenho convicção plena que o que fizemos durante o Seminário foi colocar com clareza os fatos como aconteceram, a posição que a nossa Bancada adotou quando da votação da Lei das Concessões, colocamos isso com clareza, os nossos questionamentos com a tarifa, e fizemos, sim, às entidades um apelo para que elas, conversando individualmente ou de forma coletiva com os Parlamentares, com quem tivessem contato, que

nos ajudassem a convencer outros Parlamentares a assinarem a CPI do Pedágio.

Não entendo que tenha causado constrangimento pelo menos, não entendi dessa forma e não recebi naquele instante nenhuma reparação, nenhum sentido de desaprovação dos Deputados Divanir Braz Palma, Chico Noroeste ou Augustinho Zucchi. E, principalmente em relação ao Deputado Divanir, quando foi anunciada sua chegada, eu disse: “Olha, quem sabe mais um que vai nos ajudar a assinar”. Mas, não na linha de prejudicar ou desmerecer a conduta dos Deputados Divanir, Chico Noroeste ou Augustinho Zucchi que lá permaneceram conosco durante toda a manhã, ouviram os pronunciamentos do Secretário do Estado, Deputados Federais, Senador Osmar Dias, nosso pronunciamento e do Deputado Péricles Mello.

Então, faço o esclarecimento, deixo com Vossa Excelência a cópia do que lá tratamos porque tenho certeza, depois de ouvir a fita por duas vezes, que o que lá fizemos foi somente defender a Assembléia Legislativa, enaltecer o trabalho da Assembléia, enaltecer o trabalho e a postura que a Bancada da Oposição tem adotado nesta questão do pedágio e fazer um apelo para que todos assinassem a CPI.

Concedo aparte ao Deputado Divanir Braz Palma.

#### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Companheiro, quero informar a Vossa Excelência que penso da mesma forma com relação ao seu caráter. Somos do interior, temos um relacionamento respeitoso e amigável há muitos anos e Vossa Excelência sabe que nós, do interior, somos os que mais sofremos com a falta de qualidade das rodovias que ligam o sofrido interior com a Capital do Estado.

E, Vossa Excelência sabe, que no primeiro pronunciamento que fiz aqui, ano passado, foi com relação ao problema do pedágio. Fiz um apelo ao Governo para que saísse da canaleta jurídica a questão do pedágio e passasse para a mesa de negociação porque no fundo é uma questão de preço. O pedágio é uma mercadoria aceita pela sociedade, e uma boa mercadoria, só que o preço não é palatável.

Então, eu como comerciante já disse isso aqui e continuo insistindo. Agora, Vossa Excelência talvez, no calor da bandeira que a Oposição levantou, do pedágio, e quer levar para si como exclusividade, e isso não vamos permitir porque a preocupação com o pedágio é de toda a Bancada do Governo também, é de todos os Deputados porque todos sofrem pressão da comunidade, todos sofrem esta ausência de obras, de duplicações, enfim, esta falta de definição porque se as estradas foram pedagiadas foi para que elas fossem modernizadas como a sociedade exige.

Agora, o que me estranhou, Deputado Orlando Pessuti, foi que este documento, esta lista que os senhores desejam transformar numa CPI, percorreu todo o ambiente do Fórum e nós realmente fomos constrangidos

sim. Eu, o Zucchi, o Chico Noroeste fomos constrangidos e ficamos lá como se fôssemos os patinhos feios da Assembléia. E a verdade não é essa. Vossa Excelência sabe da nossa angústia em querermos resolver o problema do pedágio no Paraná.

Então, reclamei ao Presidente e continuo dizendo aqui que estou muito preocupado com o relacionamento que estamos tendo. Está se deteriorando o relacionamento dos Deputados de Oposição com os de Governo porque está se criando um clima na opinião pública de que só é Deputado, só defende o povo, quem é da Oposição.

E, Vossa Excelência sabe que isso não é verdade. Esta bandeira é furada porque na realidade estamos aqui tratando com responsabilidade este problema. Não levamos demagogia nenhuma para acabar com pedágio ou coisa parecida, queremos solução do problema, e a solução rápida virá com negociação. Não é com CPI.

Recebi segunda-feira e vou usar a tribuna para mostrar todos os preços que o DER me passou porque fui o primeiro aqui a entrar com um projeto de criação de uma agência reguladora das empresas pedagiadoras e recebi do DER e do Secretário de Transportes que não precisava esta agência. Então pedi a ele as informações necessárias: quanto as empresas faturam, quanto estão investindo, qual o cronograma de obras, enfim, recebi tudo.

Então, Deputado Orlando Pessuti, acho que devemos diminuir este ênfase que está se dando a isso, respeitar os companheiros porque não é por aí que vamos resolver os problemas do Paraná.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Veja, Deputado Divanir Braz Palma, Vossa Excelência acaba dando razão a tudo aquilo que eu disse. Estávamos pelos corredores da Assembléia porque ninguém teve a coragem, sei lá, a elegância talvez, de vir à tribuna e questionar nosso posicionamento. Ficaram pelos corredores falando isso. E vim aqui, hoje, para levantarmos o assunto para debatermos... Deputado Augustinho Zucchi, se Vossa Excelência deseja me interpelar, peça um aparte, porque conversa em paralelo não vai resolver o assunto.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Respeitando o nervosismo de Vossa Excelência...

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Não estou nervoso.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Se Vossa Excelência me conceder um aparte, lhe ficaria grato.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Na seqüência lhe concederei.

Então veja, Deputado Divanir Braz Palma, que o que Vossa Excelência está a condenar, embora aprovado por este Parlamentar, não fomos nós que saímos a percorrer, a entregar o panfleto, que ficou a disposição dos usuários na entrada. O panfleto das oposições dizendo quais os motivos, as razões pelas quais defendemos a implantação de uma CPI. Não foi uma brincadeira. Não foi nada. Porque as pessoas estão a dizer que fomos lá criar constrangimento, fazer brincadeira. Não, não foi uma brincadeira! Fomos lá, com clareza, com o nome das pessoas dizer porque é que defendemos a instalação de uma CPI, a CPI do Pedágio. Não fomos lá fazer demagogia, nem nada. Não fomos. Vossa Excelência ouça, depois, o nosso pronunciamento para ver se em algum momento hostilizamos Parlamentares da Oposição ou da Situação, se em algum momento faltamos com o respeito à Assembléia, se em algum momento atacamos este ou aquele Parlamentar. Fizemos, sim, no final, um apelo às entidades, para que elas nos ajudassem a colher as três ou quatro assinaturas faltantes.

Concedo aparte, inicialmente, ao Deputado Caíto Quintana.

#### O Sr. Caíto Quintana

Deputado Pessuti, acho que o clima ruim que podemos gerar dentro da Assembléia, entre nós, é exatamente se formos tentar um monitorar as ações do outro.

Vejo, Senhor Presidente e Deputado Pessuti, completamente normal, normal, normalíssimo até, o fato de que se peça uma CPI, assine-se uma CPI, divulgue-se a assinatura de uma CPI pelas razões que achamos que deva acontecer. Aqueles que não querem a CPI têm as suas razões para não querer. Podem não contestar, podem dizer o que quiserem. O próprio Deputado Braz Palma falou, há pouco, que é uma demagogia isso. É um direito dele pensar desta forma. Não tenho, agora, aqui, que dizer que estamos nos dividindo, porque ele acha que é uma demagogia. Não acho que é uma demagogia.

Acho que devemos, exatamente, ao discutirmos o assunto... Não há como se discutir o custo de uma obra sem analisar uma planilha que originou o preço. Ora! O que vai se discutir na CPI? Se o pedágio é bom, se o pedágio é ruim? Vai, também, mas, vai se discutir porque razões o preço chega a este valor. E vai se discutir porque estamos nesta discussão, Deputado Pessuti, que é exatamente aquilo que pretendo na segunda-feira discutir, nesta Casa, de que aqui não se está discutindo aumento de pedágio. O que a justiça está dando é adequação ao preço contratado há mais de um ano, assinado pelas partes, após uma planilha por elas consentida.

Então, Vossa Excelência, tem plena razão. E ainda acho outra coisa, se eu for temer ser questionado, o governo anterior, os governos anteriores dos quais participei, numa ação praticada pelo atual governo, não vou na solenidade. Foram muitas as inaugurações às quais não fui. Por quê? Porque não vou querer que o Governo, lá, me trate bem. Como não vou querer que num fórum pro-

movido contra o pedágio vá se bater palmas para aqueles que não assinaram ou não querem a instalação da CPI. É uma questão de se escolher aonde se vai.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente, peço que me conceda dois minutos para eu conceder aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado Pessuti, agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria apenas de fazer um esclarecimento. Não fiquei falando nada pelos corredores. Minha posição sobre o que entendi, do fórum, que não estava escrito que era contra o pedágio, era o fórum para debater o pedágio, o que entendi de lá e o que disse, inclusive, do respeito que a Bancada da Oposição que estava lá, estive com os demais Parlamentares, deixei claro no pronunciamento que fiz, que não foi pelos corredores. Foi nesta Casa, na tribuna que Vossa Excelência ocupa. Então, apenas este esclarecimento sobre o pronunciamento que fiz relatando aquilo que vi no fórum e a minha preocupação com relação ao encaminhamento dessa questão e em absoluto, jamais disse que faltou respeito por parte de Vossa Excelência ou quem quer que seja conosco. Apenas que o rumo tomado nesta questão, me parece, lá não tenha sido o mais oportuno. Mas tudo bem. Isto é uma questão de análise.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço Vossa Excelência e me escuso se algum momento no meu pronunciamento o tenha atingido e quero dizer o seguinte, os rumos que adotou o Seminário do Pedágio não foram determinados. Lá apenas cumprimos a um atendimento para que representássemos a Assembléia, falamos logo a seguir ao Dr. Heinz, e o que falamos está aqui e pode ser conferido por todos para ver se algum momento hostilizamos este ou aquele Deputado, esta ou aquela facção política dentro da Assembléia e se em algum momento desmerecemos a Assembléia.

Pelo contrário, em todos os momentos enaltecemos o trabalho da Assembléia Legislativa e quando se enaltece o trabalho da Assembléia não se enaltece apenas o da Oposição, mas se enaltece o trabalho do conjunto dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Terceiro orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira, no Pequeno Expediente.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, senhores membros da Mesa, de uns dias para cá, especialmente na retomada dos trabalhos legislativos, está querendo passar que esta Casa está recebendo ou está fazendo a divisão, provocando a divisão.

Ora, não podemos entender que a manifestação cordial, respeitosa, possa trazer divisão. Se temos aqui, Deputado Luiz Carlos Zuk, é justamente divisão de idéias, de posições, de comportamento, de ações. Esta é bem caracterizada. Esta reconhecemos e fazemos eco e loas.

Agora, o respeito sempre teve. Nenhum dos Deputados, nos mais arduos embates aqui, desrespeitou nenhum outro. A questão do pedágio em particular é uma questão de conhecimento da sociedade e o Deputado representante popular que desejar se esconder atrás do anonimato das suas ações ou não revelar as suas ações, a sua postura, as suas idéias, evidentemente tem alguma coisa de errado, ele não deve estar, inclusive, muito tranquilo com a sua consciência. Esta é a condição que vejo. O que precisamos é manter esta cordialidade que sempre mantivemos, é um convívio bom entre os membros da Assembléia.

Agora, o que não se pode, por outro lado, é a maioria que tem controle e determinação do resultado das votações, querer monitorar as ações e o comportamento em Plenário, da Oposição. A Oposição vai continuar a fazer e divulgar suas posições, sem em nenhum momento tentar e buscar atingir qualquer um dos membros da Casa, mas vai continuar fazendo e tomando as posições que entender do interesse da população, e tenho certeza, Senhor Presidente, o Senhor continuará presidindo a Casa e não presidindo a maioria, porque este vai ser o grande saldo positivo de todo este embate político que teremos neste ano.

E por que é que se incomoda a Situação, Deputado Strapasson? Porque as críticas que estão sendo colocadas elas estão sintonizadas com os anseios populares. Elas estão conectadas com a vontade e a determinação da nossa população. Ora, mas aí então é a Oposição que tem que rever o seu discurso, não é a Oposição que tem que rever a sua posição, mas sim é o próprio Governo que precisa.

Então, o temos que ver? Temos que verificar é que o pedágio, não foi a Assembléia que votou, não foi a Assembléia que estabeleceu as taxas, não foi a Assembléia que firmou os contratos, não foi a Assembléia que divulgou à população, como se tivesse construindo o maior anel rodoviário de integração, não foi nenhum elemento, nenhum componente desta Casa que subiu nas máquinas e disse que em dezoito meses estaria sendo duplicada a Rodovia do Café, não foi a Assembléia que pela pressão popular reduziu a tarifa em 50%.

Ora, se estabeleço um projeto, divulgo como sendo o grande mote da minha administração. Se ponha, Zuk, você, como ex-Prefeito de Ponta Grossa, fazendo, divulgando um grande projeto seu, e aí lá num dado momento da sua história administrativa, Vossa Excelência reconhece que cometeu uma grande besteira e um grande desastre ao seu povo e reduz a taxa, até porque Vossa Excelência precisa de uma reeleição para Prefeito.

E agora a Assembléia vai continuar calada, aqueles que não avalisaram, vão ter que continuar calados em



nome de uma unidade aqui. A unidade aqui não está sendo quebrada, Senhor Presidente, está sendo mantida na cordialidade, no respeito ao Regimento da Casa, na postura que cada um tem tomado.

Mas esta Casa não pode ser o berço do além, esta Casa não pode ser a unanimidade silenciosa, mas ela tem que ser a discordância respeitosa, e estamos fazendo, foi o que o Deputado Pessuti fez aqui hoje, foi o que o Deputado Zuk fez aqui ontem colocando as suas posições. Esta é a Casa, não queremos uma Casa em que não tenhamos condições de expressar nossos sentimentos, nossas posições, porque aí ela vai ser um desastre, e aí jamais estaremos construindo um Parlamento dentro de um princípio democrático e auto-independente, estaríamos construindo, sim, aquilo que muitos gostam de fazer, elogio, que esta Casa é a Casa que mais trabalha e que mais realiza.

Ora, no silêncio, no anonimato? Não. Temos que discutir, temos que fazer essas questões, é assim que vejo a Casa, vamos continuar porque o Governo que estabeleceu o pedágio, que reduziu, que fez os contratos, que estabeleceu as condições, ou melhor, se quem participou do seminário lá, Deputado Chico Noroeste participou, foi afirmado que não foi o Governo, foram as empresas, concessionárias que trouxeram as planilhas, os projetos, todos os programas.

Então, se o Governo abdicou da sua tarefa de administrar e fazer a gestão da coisa pública, não seremos nós que a abdicaremos da cidadania de representar a população do nosso Estado. Por isso, não tenho dúvidas, continuar na oposição será isto respeitoso, mas firme, determinado a rever os contratos do pedágio. Não somos contrários ao pedágio, entendemos o pedágio como um processo legítimo de justiça social, mas ele não pode ser o garrote da economia e o aprisionamento dos setores mais necessitados da nossa economia.

O Deputado Cezar Silvestri tem o meu aparte, com muito prazer.

### **O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado José Maria Ferreira, concordo plenamente com V. Exa., quando fala do papel importante que a oposição tem e, principalmente, no contraditório do Parlamento. Sempre defendi e respeitei a Oposição, porque no meu primeiro mandato, durante quatro anos, também fui Oposição na Casa ao Governo, que Vossa Excelência servia, naquela ocasião.

O que questionamos e parece que definitivamente está se tornando unanimidade de todos os Deputados, todos estão pensando dessa forma, o que não pode ocorrer e por uma questão ética e porque como já disse estive também do outro lado e nunca fizemos isso, em ocasiões onde Deputados que defendiam o governo naquela ocasião estavam agindo contra o Governo do Estado do Paraná, contra a população, sempre respeitamos a posição daqueles que defendiam o Governo de então e em situações muito críticas.

O Deputado Orlando Pessuti deve lembrar, porque foi líder do Governo. Muitas ações anti-populares que os Deputados que defendiam o Governo estavam ali cumprindo com o seu papel, como Deputados de base de sustentação do Governo. A Oposição jamais fez panfletagens, demos entrevistas em rádio, dizendo que Deputados que votaram assim e assim estavam votando contra o povo, por uma questão de ética e por respeito aos próprios parlamentares.

Vejo que isso, nessa última semana, nas conversações com os líderes, inclusive, com a interferência da Mesa, está realmente ficando claro e hoje existe uma unanimidade de que esse respeito e consideração devem ser prevalecidas pela Assembléia Legislativa.

Concordo plenamente com Vossa Excelência, quando diz que a Oposição tem que levantar os questionamentos. Na questão do pedágio, só acredito o seguinte: está sendo desviada a atenção, a própria imprensa e aí, sim, com o apoio de alguns parlamentares, muitas vezes por inexperiência - não vou dizer que por má fé, têm procurado jogar a responsabilidade das tarifas do pedágio nos Deputados, quando Vossa Excelência mesmo diz, que isso não é verdade. Se houve um erro dessa Casa, foi quando votamos as leis das concessões, dando autonomia ao governo, para que estabelecesse as tarifas. Da forma como está sendo colocada hoje e a opinião pública está conscientizada, porque a imprensa tem levado dessa forma, de que os Deputados que não estão assinando a CPI, estão contribuindo para que haja o aumento da tarifa do pedágio, quando sabemos que a CPI não vai resolver o problema de tarifa. A CPI, hoje, é mais uma ação política da Oposição, que está executando com extrema competência, mas que para o governo não leva a nada e para os Deputados da Situação, vamos criar um problema político seriíssimo para o governo, mas que não vamos resolver o problema das tarifas. Isso precisa ficar claro. Da forma como está sendo colocada, principalmente, no interior do Estado, está assim: o Deputado que não assina a CPI é a favor do aumento e isso não é verdadeiro, Vossa Excelência sabe.

Acho, que por uma questão de responsabilidade de todos nós e por uma questão ética, temos que esclarecer à população de como as coisas acontecem. Não temos a responsabilidade sobre a tarifa. Não somos nós que estabelecemos a tarifa. Acho que se, hoje fôssemos votar a lei das concessões, com sinceridade, votaria contra.

Lembro, Vossa Excelência, Deputado, que a grande maioria dos Deputados dessa Casa, votaram favoravelmente e a grande maioria da Oposição votou favoravelmente à lei das concessões, que é de autoria do Beraldin. Colocarmos que assinou a CPI, vai baixar a tarifa ou não vai aumentar a tarifa, acho que é uma irresponsabilidade da nossa parte. Vamos criar uma expectativa e é possível que de repente a Oposição consiga o número suficiente de Deputados que assinem a CPI e vamos frustrar a população, porque pode instalar a CPI e não vamos reduzir tarifa e não vamos impedir que haja

aumento, até porque não depende de nós, isso está na Justiça, Vossa Excelência sabe disso, o Governador Jaime Lerner reduziu as tarifas e há uma medida judicial que ele retorne as tarifas ao valor normal.

Acho importante, nesse debate, é que haja respeito entre os Parlamentares, a ética prevaleça porque isso realmente é o que todos desejamos, cada um respeitando as suas posições. O Deputado de Situação sempre mantendo o respeito ao Deputado de Oposição, sabendo que ele está cumprindo o seu papel patriótico, inclusive, porque não é fácil ser Oposição, como também não é fácil ser Situação. Vossa Excelência sabe disso, os Deputados aqui que já foram do Governo sabem disso, porque realmente na grande maioria das discussões polêmicas, os Deputados de Situação têm um grande desgaste com a população, porque no primeiro momento as medidas se tornam antipopulares e muitas vezes, leva tempo para que a população entenda que aquela ação do Governo era em benefício da própria população.

Agradeço o vosso aparte. O importante é que todos mantenhamos o equilíbrio e o respeito entre todos os partidos, respeitando todas as posições, aqui na Casa.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o vosso aparte, ele só vem abrilhantar o uso da nossa palavra. E gostaria de dizer, Deputado, acrescentando, que concordo, não poderia ser diferente, até porque esta Casa, sem um mínimo de cordialidade, sem um mínimo de respeito entre seus Pares, não consegue subsistir. Então é até uma necessidade que tenhamos. Agora, não podemos confundir esta convivência com a passividade das ações. Esta é a questão!

Ora, por outro lado não fiz nenhum panfleto e tenho certeza que nenhum Deputado de Oposição fez panfleto. Quem está fazendo panfleto - e vi naquele seminário - é a própria sociedade organizada, que está tomando atitudes! Por quê? Porque não conseguiu fazer este espaço dessa Casa, não está conseguindo mudar. Porque Vossa Excelência mesmo disse que não temos condições de mudar. Mas temos condições de fazer uma coisa, Deputado Cezar Silvestri, - a quem prezo com uma amizade pessoal, - temos condições de fazer uma CPI. Ela não vai dar resultado? Ora, como é que posso dizer que a CPI não vai dar resultado? Como posso ser a consciência de uma CPI, antes de instalada e antes dela seguir o seu curso? Não posso! Mas com certeza, Deputado Cezar Silvestri e Senhores Deputados, teríamos a discussão, teríamos o convencimento, esta Casa seria engrandecida porque ela tomaria uma atitude naquilo que fere o interesse maior da nossa Nação, ele teria a atitude de dizer que foi soberana e não foi a reboque do Executivo. Esta é a questão, Deputado Cezar Silvestri! Porque aí estaríamos dando uma resposta e o senhor não precisaria, como muitos dos companheiros hoje, o que não me agrada é ficar tendo que explicar aquilo que não pode explicar lá para a sua população. Este é o caminho!

Vamos constituir esta CPI e vamos, com serenidade, com respeito até às Leis, porque sabemos que gerou direitos, gerou um passivo para o Estado e este passivo vai aumentar, cada vez mais.

É responsabilidade nossa, Senhora Deputada, Senhores Deputados, estancar aquilo que vai ser a sangria, no futuro do Tesouro do Estado! E não teria nenhum problema, sei que os Deputados que não assinam a CPI, Vossa Excelência falou, são favoráveis ao aumento. Não diria isso, mas diria que os Deputados que não assinam estão sustentando o contrato que aí está! Ou é diferente?

#### O Sr. Cezar Silvestri

Totalmente diferente, Deputado José Maria, num contrato existe as duas partes, este contrato está sendo discutido, na Justiça. O que eu quis dizer e volto a repetir é que não podemos criar esta expectativa porque daí é falta de responsabilidade de nossa parte, acho. Porque dizer que o fato de conseguirmos mais três assinaturas para a CPI, vamos acabar com o contrato que foi assinado... porque senão de nada mais adianta, os contratos perderiam, totalmente, a validade. Nenhuma empresa mais assinaria mais um contrato com o Governo do Estado, nenhuma empresa assinaria mais nenhum contrato com nenhum município, porque aí os vereadores iam lá, instalavam uma CPI e o contrato ia ser jogado no lixo.

Vossa Excelência sabe que não é assim que funcionam as coisas.

Mas não podemos criar esta expectativa, até por uma questão de, de repente, frustrar a própria Oposição.

E se conseguir essas assinaturas? Parece-me, pelo que tenho visto na imprensa, que alguns Deputados estão se propondo a assinar e, de repente, instalamos a CPI. Mas não vamos baixar as tarifas, as tarifas vão continuar. De repente, mesmo com a CPI implantada, a Justiça determina e o Governo acaba tendo que cumprir e dar aumento nas tarifas. Vamos frustrar toda a população e a própria Oposição vai estar sendo colocada em cheque como se estivesse realmente fazendo um discurso puramente político. Mas, de certa forma, o que quero aqui frisar, respeitando a opinião de Vossa Excelência e da Oposição, a Oposição está fazendo o seu papel. Agora, não é correto, na minha avaliação, não é ético jogar a responsabilidade nos Deputados, uma responsabilidade que eles não têm. No poder que eles não têm, simplesmente duas assinaturas, baixa-se a tarifa e joga-se fora o contrato que está sendo, inclusive, alvo de discussões na Justiça Federal.

Então, é nesse sentido que gostaria de deixar claro à Vossa Excelência.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Cezar Silvestri, não dá para dizer que vai baixar. Não dá para fazer isso, porque não seria responsável. Mas, vamos fazer análise do contrato. Inclusive, cabem algumas atitudes que esta Casa pode oferecer ao Executivo e à sociedade.

A concessão, além das concessões e a concessão que foi dada ao Paraná pelo Governo Federal, está baseada no Decreto-Lei nº 791/66, e este Decreto-Lei permite algumas saídas. Esta Casa poderia oferecer à sociedade. Uma delas, inclusive, seria a própria desapropriação das empresas concessionárias. É uma alternativa, Senhor Presidente, que esta Casa, depois de analisar, depois de visto, abalizado o contrato, teríamos condições de oferecer.

Então, não estaremos apenas com discurso de redução, mas temos propostas para fazer.

O ex-Ministro Cloraldino Severo, que esteve no seminário lá no CETCEPAR, encaminhou-me um trabalho ontem, inclusive com algumas sugestões, e este é um homem que fez carreira no DNER, fez um bom trabalho enquanto Ministro dos Transportes e conhece a fundo a questão do pedagiamento das estradas.

O que o senhor acha que foi feito na ponte Rio-Niterói? Qual foi a solução dada? Que foi o primeiro exemplo dado neste País.

Ora, se tivesse o governo e se tivesse as autoridades e os políticos de então, cruzado os braços, a ponte Rio-Niterói estaria hoje interrompida, porque a empresa que ganhou, que foi a concessionária do serviço, não cumpria com a sua parte do contrato. A solução foi encontrada, tudo tem solução.

A CPI com discussão, com discernimento, com interesse, com a seriedade para com esta Casa, temos condições de fazer um bom trabalho.

Concedo o aparte ao Líder do Governo, Valdir Rossoni.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Até fico satisfeito de ouvir o seu pronunciamento, apesar de discordar de vários pontos da sua colocação, mas vejo que esta Casa, amadurece, e amadurece rapidamente, devido ao momento que vivemos.

Acho que as contradições que existem aqui, são contradições de posicionamento político.

Entendo que o seu posicionamento pode ser muito bem colocado, mas ele é, pela sua posição político-partidária, mal situado. É a maneira que eu enxergo. Por quê? Porque quem implantou este sistema neste país foi o Governo Federal. As concessões de rodovias, a patente não é do Governo do Estado do Paraná, é, sim, uma atitude do Governo Federal.

Então, quando vejo o Pessuti fazendo pronunciamento, o PT fazendo pronunciamento pelo posicionamento do PMDB do Paraná, até aceito. Porque sabemos o posicionamento do Senador Roberto Requião, que é o grande Líder do PMDB. Agora, quando vejo Vossa Excelência tendo esse posicionamento dentro do PSDB, eu discordo. Mas, gostaria que Vossa Excelência me desse esta oportunidade de discordar de Vossa Excelência.

Mas, veja o seguinte: por que é que Vossas Excelências vêm há 5, 6 meses, insistindo na questão CPI

e não têm logrado êxito? Por quê? Porque temos, cansativamente, repetido uma posição. Gostaria de pedir a Vossa Excelência, quantas vezes Vossa Excelência foi em busca da documentação das concessões das rodovias e está à disposição, para trazer aqui, algo com consistência, algo para justificar uma CPI? Se nós que fazemos parte do Governo estamos pedindo para Vossas Excelências, e ontem pedi ao Presidente Nelson Justus, porque não temos obrigação de entender de pedágio. O que temos, é a obrigação de ter uma boa assessoria para nos assessorar nas questões. Quero dizer a Vossa Excelência: antes de falar em CPI, vamos em busca de consistência desta CPI.

E o segundo item: aí é uma questão de comportamento. Deputado José Maria, Vossa Excelência fez parte do Governo Roberto Requião e tivemos um episódio que poderia servir de exemplo de como se faz oposição. Tivemos aqui um episódio quando o Senador e então Governador da época, enviou a esta Casa a extinção do Fundo de Previdência, e sabemos que esta votação foi uma votação difícil, porque o Senador estava com dificuldade de aprovar o seu projeto nesta Casa. Inclusive, rolou algumas ambulâncias para ser aprovada a extinção do Fundo de Previdência, nós, em nenhum momento, saímos citando nomes, citando nomes de Deputados que votaram favoráveis à extinção do Fundo de Previdência, porque era uma posição política, era uma posição partidária extinguir o Fundo. Éramos minoria, fizemos aqui e lembro-me muito bem, eu ainda estava iniciando minha caminhada aqui, lembro-me muito bem dos discursos aqui do Deputado Algaci Tulio, do Colombino Grassano, do Nelson Justus, quando dizíamos que não podia ser extinto o Fundo Previdenciário. E qual foi a atitude da Oposição? Nos posicionamos, fizemos nossas declarações, mas em nenhum momento colocamos quem votou favorável à extinção do Fundo, em nenhum momento colocamos a questão da honestidade em jogo.

E aí é que está o ponto fundamental da questão: discutir, discordar, ter posições contrárias, isso não me preocupa. Me preocupa, sim, quando alguém quer aqui colocar que estamos sendo inoperantes por não assinar a CPI. Que estamos sendo negligentes porque não assinamos a CPI. Hoje, Vossa Excelência disse, aqui, que vários Deputados colocaram as suas posições quanto à questão do pedágio.

Quero dizer a Vossa Excelência que ontem deixei clara, da tribuna desta Casa, a minha posição quanto à questão do SERCOMTEL, os pedágios, tenho clara a minha posição, e esta é uma posição nossa que tem que ser respeitada e deve ser respeitada. Agora, pode haver discordância, isso eu concordo com Vossa Excelência.

Mas veja o comportamento da Oposição. Nunca, jamais a Oposição saiu destas quatro paredes fazendo algo que pudesse denegrir a imagem de um Deputado, quando se extinguiu o Fundo Previdenciário, que acho que foi um dos grandes erros do Governo Requião, mas nem por isso tripudiamos em cima dos Deputados de Situação.

Espero que Vossa Excelência entenda essa reflexão, esse meu raciocínio que fiz aqui sobre questões de posicionamento partidário político e posicionamento ético, que acho que ninguém é mais ético do que ninguém, Vossa Excelência aqui tem demonstrado nas suas atitudes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado José Maria, quero só encarecer mais uma vez que Vossa Excelência conclua, porque temos uma pauta extensa, estamos com a visita de um Embaixador, o Deputado Caíto Quintana está nos representando, e a conversa está se tornando repetitiva; há momentos que penso que estou na reunião de ontem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para não ser repetitivo, só gostaria de dizer que em breve, até respeitando a tolerância do Senhor Presidente, ao Deputado Valdir Rossoni, e depois dou resposta num momento oportuno.

Quanto ao direito de discordar, sou um democrata, e a democracia só vão prevalecer enquanto eu lhe respeitar o direito de discordar. Pode ter certeza, sempre vou respeitar o direito de discordar, sem no entanto quedar-me das minhas posições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário da Lideranças.

PPB, PSB, PT, PDT, PFL, PTB, PST.

Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 164, de autoria do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, com apoio dos Senhores Deputados Moysés Leônidas e Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando que a sessão plenária do dia 20, do corrente mês, seja transformada em sessão especial para instalação do Ciclo de Estudos e Debates sobre "O Paraná no Terceiro Milênio". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria CIRETRAN no Município de Terra Rica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo criar CIRETRAN no Município de Terra Rica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação as atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos L.E.R., no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 024/99

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo estabelecer normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos no Estado do Paraná.

#### Fundamentação

Chamada opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da proposição em tela.

#### Conclusão

Sendo assim, apresentamos o nosso parecer favorável e opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 024/99

**P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo estabelecer normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos, LER, no Estado do Paraná.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa dar melhores condições de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida e maior produtividade nas empresas paranaenses.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Caíto Quintana. Dispõe que os exames para detecção do Diabetes e da Hipertensão Arterial, serão realizados gratuitamente pelos postos de saúde no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.

**Em votação.**

PROJETO DE LEI Nº 145/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos Postos de Saúde no Estado do Paraná,

Parágrafo Único - Os Postos de Saúde que não dispuserem de condições para a realização dos exames, deverão encaminhar o material coletado a laboratórios conveniados com a rede pública sem qualquer ônus para o interessado.

Art. 2º - Constatada a existência da patologia, a medicação será fornecida gratuitamente pelo poder público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.99.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O diabetes é um problema que vem causando severas complicações na área da saúde do cidadão, agra-

vando-se pelo desconhecimento do seu portador, que muitas vezes deixa de realizar os exames por falta de condições financeiras.

Na verdade, trata-se de um exame simples para detectar um distúrbio caracterizado pela baixa assimilação da glicose no sangue e que, para ser assumido pelo Estado, através dos Postos de Saúde, não acarretará custos elevados.

Por outro lado, a realização preventiva dos exames de diabetes será de grande valia para a população, no sentido de evitar complicações com outros problemas de saúde, inclusive diminuindo a mortalidade.

Da mesma forma, e até mais grave, é a hipertensão que não poderia constar sequer entre causas de morte no país, por ser de fácil controle. Ressalve-se que a consequência natural de ambas as patologias, são o enfarte e o acidente vascular cerebral.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE LEI Nº 145/98****P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, que dispõe que os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos postos de saúde no Estado do Paraná.

Chamada esta Relatoria apresenta parecer favorável ao projeto de lei, na forma da emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****EMENDA CORRETIVA****PROJETO DE LEI Nº 145/98**

O Art. 1º, do Projeto de Lei nº 145/98, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, instituir programa de exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial gratuitos em todos os Postos de Saúde no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 13.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Cezar Silvestri, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Plauto Miró Guimarães e Antonio Belinati.

**O SR.ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Só para registrar que pelo menos pela Ordem do Dia não consta que o projeto tenha passado pela Comis-

são de Saúde, talvez seja o caso de aprovar em 1ª e em seguida remeter para ter um parecer na Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do Deputado Péricles Mello, que institui o programa Estadual de Incentivo ao Esporte amador e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. (Publ. no DA nº 74 de 21.06.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 344/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Péricles Mello visa instituir o programa estadual de incentivo ao esporte amador. Sem dúvida o projeto de reveste da mais elevada importância, dando melhores e maiores condições ao desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná.

Ademais, é sabido que do ponto de vista pedagógico o esporte exerce papel de referência para a juventude, servindo como elemento extremamente disciplinador e formador de costumes.

Sob o aspecto desta Comissão, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**BETO RICHA** - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 344/99

#### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do Deputado Péricles Mello, o presente projeto visa instituir, no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, com os objetivos nele especificados.

##### Fundamentação

O Programa prevê três aspectos:

1) O incentivo ao esporte amador, por parte do Estado, mediante dotações orçamentárias próprias, através da doação de bolsas de estudo, patrocínio, realização de campeonatos;

2) O incentivo fiscal para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador, a ser concedido a pessoa jurídica, contribuinte do ICMS;

3) Criação do Conselho de Esporte Amador.

##### Conclusão

O esporte amador é mecanismo de sociabilidade, além de aflorar sentimentos de solidariedade, cooperação

e companheirismo, dando novo enfoque a visão individualista das sociedades altamente competitivas hoje reinantes.

Assim sendo, chamada a opinar, conforme lhe outorga o artigo 33, § 7º do Regimento Interno, este relator manifesta-se favoravelmente pela aprovação do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) **ANTONIO ANNIBELLI** - Presidente

**LUCIANA RAFAGNIN** - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 160, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando o adiamento por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei nº 344/99, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 344/99, por cinco (05) sessões.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a CIRETRAN de Paçandu e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77, de 23.06.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 354/99

#### P A R E C E R :

De autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Paçandu.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice para a tramitação do projeto nesta Casa.

Desta forma, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequar o projeto às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**SERAFINA CARRILHO** - Relatora

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 354/99

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Paçandu.”

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 354/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei tem como objetivo criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Paçandu.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida CIRETRAN no Município de Paçandu, visando maior agilidade nos serviços prestados aos usuários.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Corretiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB- Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/99, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, que reconhece oficialmente o Rodeio como um dos componentes da cultura. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 03.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 547/99

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes visa dar reconhecimento oficial por parte do Poder Público como evento da cultura paranaense. Em sua justificativa o Parlamentar afirma que o Paraná “por possuir sua economia baseada na agricultura, tem o homem do campo como um dos seus símbolos maiores,... E o homem do campo tem o rodeio como um dos esportes e entretenimentos preferidos...”

Do exame constitucional e legal pode-se concluir que o projeto não ofende e nem se coloca contrário aos princípios do ordenamento jurídico próprio.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 547/99

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, visa reconhecer o rodeio como um dos componentes da cultura popular paranaense.

Chamada a opinar, esta Comissão verificou que tal reconhecimento é pertinente, pois, o Paraná é um Estado de economia agrícola e nada mais importante que cultivar os hábitos e tradições da população rural. Além disso, este acontecimento gera empregos e incentiva o esporte.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**Em votação.**

**O SR. CÁITO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, eu queria apenas justificar, embora mantenha o voto favorável, apenas para registrar nesta Casa e acho que isso é o pensamento de todos os Parlamentares, inclusive. Não tenho nada contra o projeto do Deputado, apenas a minha visão: o que é cultura popular não se estabelece por lei, cultura é a expressão espontânea e livre de um povo, que por isso mesmo passa a ser uma coisa praticada porque é espontânea. Não me consta que exista, por exemplo, uma lei que diga que o esporte é reconhecido como cultura do brasileiro, que o Carnaval é reconhecido ou que a festa de fandango do litoral seja reconhecida como cultura do Paraná. Isso adquire-se exatamente porque é cultura do Estado. Tive o cuidado de ler o projeto e ler a justificativa do projeto e essa justificativa também não esclarece a razão de determinar que o rodeio seja cultura, até porque, por exemplo, na minha região e em outras regiões do Estado esse rodeio que aqui está se dizendo não é cultura do interior, não é cultura do cidadão que está lá na roça. E espero que esse rodeio atual também não seja, não acabe sendo um divisor para que nós venhamos acabar, por exemplo, com a festa caipira, com uma coisa que é cultura da nossa gente, que está enraizada na nossa gente e que não tem nenhuma lei que determine.

Portanto, voto a favor fazendo essa ressalva, para que amanhã não digam que os Deputados da Assembléia Legislativa criaram uma lei dizendo que alguma coisa é cultura, porque amanhã entra-se com uma outra lei dizendo que a esgrima é cultura do povo e por lei acaba sendo uma coisa que não é.

Muito obrigado!

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, na mesma linha de entendimento do Deputado Algaci Tulio com referência ao Projeto o Diabete, eu requeiro à Mesa que determine que esse projeto do Deputado Tiago Amorim transite também pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes por se tratar, evidentemente, de uma questão de cultura. E disse

bem o Deputado Caíto Quintana, afinal de contas, é necessário até que a gente esclareça qual dos rodeios está se pretendendo colocar como cultura, porque me lembro que no dia que o Deputado Baratter trouxe aqui o Movimento Country algumas pessoas questionaram que aquele tipo de movimento não tinha a ver com a nossa cultura tradicional, como também do ponto de vista do paranaense, nós poderíamos analisar se o rodeio crioulo faz parte da nossa cultura ou se faz parte da cultura gaúcha, da cultura dos pampas. Então, é necessário que o projeto vá à Comissão de Educação, Cultura e Esportes para que tudo isso se esclareça.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa esclarece a Vossa Excelência, em que pese não ser um grande entendedor do assunto, que esse projeto já tramitou pela Comissão de Educação Cultura e Esportes e tem parecer favorável.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

No avulso não consta que ele tenha passado.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Exatamente, eu ia chamar a atenção porque eu tinha a Ordem do Dia de hoje e eu faria a mesma observação em 04 projetos que estão aqui, porque na Ordem do Dia não consta as Comissões que ele passou. Então, depois, observando os Projetos verifiquei que esse passou, bem como outros passaram também, com exceção aquele do Deputado Anibal Khury e do Deputado Caíto Quintana.

Então, a Ordem do Dia, na verdade, no espelho aqui não traz as Comissões pelas quais o projeto passou.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É uma falha, realmente, que será corrigida. De qualquer maneira vamos encaminhar para a Comissão de Saúde e aprovar em 1ª Discussão.

**Aprovado.**

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/99, de autoria do Deputado Kielse Crisóstomo. Autoriza o Poder Executivo à criar a CIRETRAN no Município de Paraíso do Norte. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 03.11.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 549/99**

**D E C R E T A :**

O presente plano de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Paraíso do Norte.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice constitucional ou

legal, tendo em vista a não existência de uma CIRETRAN no Município em questão.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, pois consideramos de fundamental importância a criação da CIRETRAN do Município de Paraíso do Norte, para que a população local possa usufruir deste benefício, sem precisar deslocar para a Regional mais próxima.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 549/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Paraíso do Norte.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende a necessidade da criação da referida CIRETRAN no Município de Paraíso do Norte, facilitando o atendimento à população e trazendo melhora e eficiência na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Governo do Estado a criar e instituir Programa de Avaliação Visual e auditiva nas Escolas Públicas de 1º Grau. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado. (D.A. nº 161, de 10.11.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 557/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do eminente Deputado Divanir Braz Palma, visa autorizar o Poder Executivo a instituir Programa de Avaliação Visual e Auditiva nas Escolas Públicas, de 1º Grau.



O projeto por seu objetivo e por sua característica autorizatória se enquadra entre os permitidos dentro da tradição deste parlamento e sob a guarda constitucional.

Sala das Comissões, em 23.11.99.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI Nº 557/99

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar e instituir Programa de Avaliação Visual e Auditiva nas Escolas Públicas de 1º Grau.

#### Fundamentação

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, entende que com essa proposta, nossos alunos estarão melhores assistidos, possibilitando à instituição educacional a oportunidade de melhor avaliá-los.

#### Conclusão

Diante ao exposto, somos de parecer favorável.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.99.  
(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/99 de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN - CIRETRAN, no Município de CAFELÂNDIA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P. **Aprovado. (D.A. nº 167, de 17.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 590/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN, no Município de Cafelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e Constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 590/99

P A R E C E R :

#### Relatório

De autoria do Senhor Deputado Elio Lino Rusch, o presente projeto de lei tem como objetivo criar a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN, no Município de Cafelândia.

#### Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida CIRETRAN, facilitando o atendimento a população e trazendo melhora e eficiência na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.  
(aa) RICARDO CHAB- Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas a Mesa esclarece que acha bastante pertinente a intervenção dos Deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio porque, realmente, todos os projetos terão que tramitar por todas as comissões da Casa antes que venham para Plenário.

Acho pertinente que esta colocação seja feita e sempre que isso não acontecer, por gentileza, chamem a atenção da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 156 e 157, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 158, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 162 e 163, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024, 547, 549, 557, 590/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 354, 604, 618, 650, 651/99.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 23/2000**

colocar, a disposição funcional junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o servidor deste Poder Legislativo JOÃO CARLOS BRUNO DE OLIVEIRA, até 31 de dezembro de 2000, sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 773/2000)

**PORTARIA Nº 24/2000**

colocar, a disposição funcional junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o servidor deste Poder Legislativo CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI, até 31 de dezembro de 2000, sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 774/2000)

**PORTARIA Nº 25/2000**

retificar, a Portaria nº 64/99, de 17 de dezembro de 1999, para fazer constar que o nome do servidor deste Poder Legislativo PAULO ROBERTO VASCONCELOS FILHO, colocado à disposição do Tribunal de Justiça.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.02.2000.

**PORTARIA Nº 26/2000**

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo ROMARIO CESAR FERRY, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem, a fim de que permaneça prestando serviços junto ao Departamento da Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

(Prot. nº 1059/2000)

**PORTARIA Nº 27/2000**

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo SÓLON LUCIANO GOMES DE SOUZA, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem, a fim de que permaneça prestando serviços junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores

do Estado - IPE, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Administração.

(Prot. nº 1061/2000)

**PORTARIA Nº 28/2000**

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo ROBERTO DA SILVEIRA MORAES, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem, a fim de que permaneça prestando serviços junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Administração.

(Prot. nº 1062/2000)

**PORTARIA Nº 29/2000**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SIMONE KARNOPP NABOSNE, matrícula nº 40855, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente Administrativo, nível 61, lotada no Setor de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 135/2000)

**PORTARIA Nº 30/2000**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ ALMIR DA LUZ, matrícula nº 40142, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Único Jurídico, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, lotado na Coordenação de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º da emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 05/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.02.2000.

**PORTARIA Nº 31/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, a partir de 12 de fevereiro de 2000, de sessenta (60) dias. CID.J-84-R-05-cid.10.

(Prot. nº 1193/2000)

## PORTARIA Nº 32/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ NASCIMENTO, a partir de 21 de janeiro de 2000, de noventa (90) dias. CID. I64.

(Prot. nº 805/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.02.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**Ata de Comissão:**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se no Salão da Biblioteca os nobres Pares desta Comissão, Senhores: Deputado Edson Strapasson (Presidente desta Comissão), Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Moysés Leônidas, Deputado Algaci Tulio, Deputado Plauto Miró, Deputado Péricles Mello, Deputado Antonio Carlos Baratter, Deputado Beto Richa, tendo como convidados: Alexandre Selinski (Secretário Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Rio Branco do Sul), Geraldo Carpeski (Diretor da Divisão de Transporte e Viação de Campo Magro), Oilson Muller (Diretor da Companhia do Transporte Coletivo de Araucária), Euclides Rovani (Diretor de Transportes da URBS), Cezar Manfron (Prefeito de Almirante Tamandaré), Izabete Cristina Pavin (Prefeita de Colombo), Siegfried Boving (Prefeito de Pinhais), Espartano Tadeu da Fonseca (Secretário Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais). O Senhor Presidente Edson Strapasson passou a abertura da reunião

lendo o Projeto de Lei nº 562/99, deixando claro o objetivo da reunião que não seria um posicionamento da Comissão contra o gerenciamento da URBS, e sim encontrar um caminho de integração único. O Senhor Presidente explicou para poder os demais situarem-se no contexto a respeito do porquê a URBS assumiu o sistema metropolitano em detrimento à COMEC. Em seguida o Projeto foi amplamente debatido pelos Senhores Deputados e demais convidados acima citados, conforme notas taquigráficas em anexo. Para finalizar ficou firmado que seria negociado com o autor para que o projeto somente seja discutido e votado na Sessão Legislativa do ano 2000, devido a complexidade do mesmo e de ser precipitado aprovar esse projeto pois este, deveria receber as emendas condizentes em tempo hábil baseado em uma conversa com o Líder do Governo para saber da posição do mesmo a respeito, por isso ficou transferido para o próximo ano para que haja um amplo debate, mais avançado e profundo, para se chegar a um consenso, com um apoio da maioria. Os convidados despediram-se. E em seguida passou-se à reunião habitual da Comissão com a discussão e aprovação dos demais Projetos: 1) Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães. Relator Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk. Relator Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária